

TEXTOS PARA DISCUSSÃO, ISSN 0103-6661

MATRIZ DE FLUXOS MIGRATÓRIOS

INTERMUNICIPAIS

BRASIL - 1980

NÚMERO 44

ABRIL DE 1991

Presidente da República
Fernando Collor de Mello

Ministra da Economia, Fazenda e Planejamento
Zélia M. Cardoso de Mello

FUNDAÇÃO INSTITUTO
BRASILEIRO DE GEOGRAFIA
E ESTATÍSTICA - IBGE

Presidente
Eduardo Augusto Guimarães

Diretor-Geral
José Guilherme Almeida dos Reis

ÓRGÃOS TÉCNICOS SETORIAIS

Diretoria de Pesquisas
Lenildo Fernandes Silva

Diretoria de Geociências
Mauro Pereira de Mello

Diretoria de Informática
Nuno Duarte da Costa Bittencourt

Centro de Documentação e Disseminação de Informações
Nelson de Castro Senra



Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE
Diretoria de Pesquisas - DPE

1808
N.º de reg. 2004
Data: 11.11.91

424
4P-2-08-001

MATRIZ DE FLUXOS MIGRATÓRIOS INTERMUNICIPAIS

BRASIL - 1980

IBGE - REDE DE BIBLIOTECAS
Diretoria de Pesquisas

- ANTÔNIO DE PONTE JARDIM
Sociólogo, Analista Especializado do DEPOP
- ANTÔNIO ROBERTO PEREIRA GARCEZ
Estatístico, Analista Especializado do DEPOP
- CÉLIA DIOGO ALVES DA COSTA
Geógrafa, Analista Especializado do DEPOP
- MARIA BEATRIZ AFONSO LOPES
Geógrafa, Analista Especializado do DEPOP
- VÂNIA SPERANZA MONTEIRO
Geógrafa, Analista Especializado do DEPOP

RIO DE JANEIRO

1991

Av. Franklin Roosevelt, 166 - Centro
CEP 20 021 - Rio de Janeiro, RJ - Brasil

IBGE
N.º de reg. ex. 1
Data: 22-11-91

314.72 (81)
1483 m
F
Doc/ser

DIRETOR DE PESQUISAS
LENILDO FERNANDES SILVA
DIRETORA-ADJUNTA DE PESQUISAS
MÁRCIA BANDEIRA DE MELLO LEITE

IBGE - CDDI/DEDOC
REDE DE BIBLIOTECAS
N.º de Reg.: 453
Data: 30.6.91

CHEFE DO DEPARTAMENTO DE POPULAÇÃO
VALÉRIA DA MOTTA LEITE
CHEFE DA DIVISÃO DE ESTUDOS E ANÁLISES
LUIZ ARMANDO DE MEDEIROS FRIAS
CHEFE DA DIVISÃO DE ESTATÍSTICAS CONTÍNUAS E CENSITÁRIAS
JORGE HENRIQUE DOS SANTOS CARVALHO

IBGE - REDE DE BIBLIOTECAS
Diretoria de Pesquisas

@ 1990,91

TEXTOS PARA DISCUSSÃO

Série publicada pela Diretoria de Pesquisas do IBGE, com o objetivo de divulgar ensaios, estudos e outros trabalhos técnicos nas áreas econômica, social e demográfica, elaborados no âmbito da Diretoria.

Edição: Núcleo de Documentação e Disseminação da Diretoria de Pesquisas.
(NDI/DPE)

Matriz de fluxos migratórios intermunicipais : Brasil - 1980 /
Antônio de Ponte Jardim ... [et al.] - Rio de Janeiro :
IBGE, Diretoria de Pesquisas, 1991.
29 f. - (Textos para Discussão / IBGE. Diretoria de Pesquisas, ISSN 0103-6661; n.44)

ISBN 85-240-0385-5

1. Migração interna - Brasil. I. Jardim, Antônio de Ponte.
II. IBGE. Diretoria de Pesquisas. III. Série.
IBGE.CDDI. Dep. de Documentação e Biblioteca
RJ-IBGE/91-23 CDU 314.72(81)

Informações: Biblioteca Setorial da Diretoria de Pesquisas -
Rua Visconde de Niterói, 1.246, Bloco B, sala 510, Mangueira.
Telefone: (021) 284-3322 - ramal 303

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

1. INTRODUÇÃO	01
2. DIMENSIONAMENTO GERAL DOS FLUXOS	02
3. DIMENSIONAMENTO DOS FLUXOS INTRAESTADUAIS	09
4. PANORAMA GERAL DOS FLUXOS INTERESTADUAIS	13
5. ANEXO METODOLÓGICO	16
TABELAS	23

APRESENTAÇÃO

Este artigo representa o primeiro documento do conjunto de estudos sobre Migrações Internas no País, durante a década de 70, desenvolvido pelo DEPOP/DIEAN, cuja finalidade é a utilização e divulgação dos dados da matriz de fluxos intermunicipais, levantados pelo Censo Demográfico de 1980.

OS AUTORES

Os autores agradecem ao Analista Especializado **ARLINDO MELLO DO NASCIMENTO** - CDDI/GEDIS/SG.1, pelo apoio computacional.

1. INTRODUÇÃO

Este documento apresenta alguns comentários sobre a matriz de fluxos migratórios intermunicipais, na década de 70.

Tendo em vista o caráter exploratório com que se reveste a análise, focaliza-se a matriz em sua dimensão global, isto é, examina-se o quadro geral da migração no território nacional segundo os movimentos de "entrada" e "saída" da população nos municípios.

Os dados analisados constam de Tabulações Especiais do Censo Demográfico de 1980 e fazem parte do questionário da amostra de 25%.

Este estudo se divide em quatro partes que tratam não só da avaliação qualitativa e quantitativa dos dados, como também do dimensionamento da mobilidade populacional intermunicipal.

Inicialmente dá-se ênfase ao estudo dos fluxos migratórios ocorridos no País, dando indicação da movimentação ocorrida segundo os locais de origem.

Posteriormente investigam-se os fluxos intraestaduais, isto é, os fluxos ocorridos no interior de cada Unidade da Federação, enfatizando-se os deslocamentos para as Regiões Metropolitanas (inclusive os de caráter intrametropolitano) e para os municípios das capitais estaduais.

Além desses aspectos, examinam-se ainda os fluxos migratórios no processo de trocas demográficas entre os Estados, identificando-se as Unidades da Federação mais significativas pelo desempenho na recepção e na origem desses fluxos.

Finalmente, avalia-se a consistência dos dados da matriz, conforme anexo metodológico, priorizando informações sobre o número de fluxos com a identificação dos municípios de origem e destino, como também o número de ligações não identificadas devido a não declaração do nome do município de residência anterior.

2. DIMENSIONAMENTO GERAL DOS FLUXOS

A matriz de fluxos migratórios intermunicipais, contabilizada para o período 70-80 indicou que ocorreram, aproximadamente, 340 mil fluxos entre os 3 991 municípios que compunham a malha territorial brasileira, em 1980. Este número representou 2,1% do total de fluxos que poderiam ter ocorrido no País (15,9 milhões) caso tivessem se realizado todas as ligações possíveis entre os municípios. A vista desse quadro, cada município passaria, supostamente, a contar, em média, com 85 fluxos, cabendo a cada um, em torno de 66 migrantes.

A princípio esses dados estariam indicando a pouca expressão dos deslocamentos populacionais ocorridos no País, tendo em vista a baixa frequência de fluxos por município de destino e o pequeno volume populacional envolvido nesses deslocamentos. Todavia, quando se recorre ao coeficiente de variação desses fluxos, percebe-se que os valores são bastante concentrados e elevados, o que a princípio estaria indicando grandes disparidades quanto a magnitude dos dados, ao nível das unidades geográficas analisadas. Assim, para uma melhor compreensão desses fluxos e de sua representatividade como indicador de mobilidade populacional, tais fluxos devem ser investigados segundo escalas de observação diferenciadas, a fim de se detectar a sua dimensão numérica e significância, em cada nível de análise.

Essas ligações intermunicipais resultaram no movimento populacional da ordem de 22,3 milhões de pessoas que, representaram pouco mais da metade (51,1%) do total de migrantes registrados no País⁽¹⁾. Cada município recebeu em média 5,6 mil pessoas, o que numericamente representou um dado expressivo.

Na tentativa de identificar a representatividade numérica das ligações intermunicipais no País, desagregou-se a análise em três níveis de observação: regional, municipal (ca

(1) Trata-se da porcentagem de pessoas não-naturais do atual município de residência nos últimos dez anos em relação ao número total de migrantes acumulados.

pitais estaduais) e metropolitano (Regiões Metropolitanas).

- Nível Regional

Com base nos dados da Tabela 1, confirma-se a tendência, já bastante discutida, do predomínio quantitativo de fluxos migratórios, na Região Sudeste.

Como se sabe este espaço regional centraliza o movimento migratório do País e é cenário das mais intensas trocas de população ao nível intermunicipal. Tanto é que nele se concentraram não somente, o maior número de fluxos, como também o maior número de migrantes. São quase 145 mil fluxos e um total de 10 milhões de migrantes, em 1 410 municípios. Cada um dos municípios dessa Região recebeu, em média, 102 fluxos cabendo a cada um 71 migrantes. Desta forma, cada município recebeu aproximadamente 7,3 mil migrantes que representaram o maior montante ao nível do País. Esses valores indicaram portanto, a magnitude numérica dos fluxos (43,0% do total) e do volume de migrantes (46,0% do total) no País.

A Região Nordeste, que deteve quase 75 mil fluxos intermunicipais ou seja, a metade dos registrados no Sudeste, e 1/4 dos computados no País, colocou-se em segundo plano na ordem de grandeza nas categorias aqui analisadas. Esse montante de fluxos distribuiu-se pelos 1 375 municípios da Região, cabendo a cada um, em média, apenas 54 fluxos. A princípio, esses dados indicaram a fraca ligação dos municípios nordestinos com os demais no País. A população contida nesses fluxos foi da ordem de 4,5 milhões de pessoas, o que significou em média, 61 pessoas por fluxo e um montante de 3,3 mil pessoas nos municípios de destino.

A Região Sul colocou-se a seguir, em ordem de importância, quanto ao número de fluxos registrados (aproximadamente 64 mil fluxos), demonstrando uma expressiva mobilidade populacional em decorrência dos 88 fluxos contabilizados para cada um de seus 719 municípios, e o montante populacional totalizando na Região em torno de 4,1 milhões de pessoas perfazendo, em média, 5,7 mil migrantes por município de destino.

As Regiões Norte e Centro-Oeste apresentaram o

menor número de ligações intermunicipais do Norte e os 38 mil do Centro-Oeste. Apesar disso, o número médio de fluxos por município de destino foi expressivo - 105 e 116 fluxos para o Norte e o Centro-Oeste, respectivamente — cabendo a cada um 67 e 59 migrantes, por fluxo. Cada município nortista e centroestino recebeu em média 7,0 mil e 6,8 mil migrantes, respectivamente o que nos conferiu indicação da importância relativa dos migrantes para esses espaços regionais.

À vista desse comentário que privilegia a escala regional reforçou-se a noção, tão discutida das disparidades regionais: de um lado, situando-se a Região Sudeste como a detentora dos maiores indicadores (que neste estudo são os números de ligações intermunicipais e de migrantes) e de outro, as demais Regiões que, em conjunto, exibiram valores menores que os do Sudeste.

Ao nível das Unidades da Federação, perceberam-se grandes variações com conotações diferenciadas, de acordo com as especificidades regionais.

A Região Norte, que no conjunto do País deteve o menor número de fluxos contou com Unidades da Federação de comportamento migratório diferenciados.

O Pará e Rondônia mereceram destaque pois apresentaram o maior número de fluxos intermunicipais contabilizados para Região, muito embora tenham pouco significado quanto as trocas demográficas ao nível das demais Unidades da Federação, no País. Mesmo assim, observou-se que Rondônia, com seus apenas 7 municípios registrou quase 3,3 mil fluxos, cuja população, em cada um deles foi em média, de 82 migrantes. Por estar afetada pelo número de municípios, a média de fluxos por lugar de destino, neste Estado foi o mais elevado do País — 464 fluxos por município. Apesar disso, observou-se a influência marcante dos migrantes nesta Unidade da Federação, principalmente daqueles que provinham de outras Unidades da Federação, configurando como importante, a migração interestadual, que representou 91,3% do total, nesse território.

A Região Nordeste, que contou com o maior número de estados do País, mostrou um comportamento migratório praticamente homogêneo entre suas Unidades da Federação. No conjun

to houve variação de 4 a 20 mil fluxos sendo que apenas dois Estados (Pernambuco e Bahia) ultrapassaram os 10 mil fluxos.

O que se destacou entre essas duas Unidades da Federação foi a magnitude dos fluxos dirigidos a Pernambuco. Enquanto o número de fluxos registrados em Pernambuco era a metade dos encontrados na Bahia, viu-se que o montante populacional envolvido nos dois fluxos eram praticamente iguais, estando em torno de 1 milhão de pessoas. Assim, o número médio de pessoas por fluxo apresentava-se mais significativo em Pernambuco do que na Bahia. Naquele contou-se com 78 migrantes por fluxo, enquanto na Bahia, 50 migrantes. Nestas duas Unidades da Federação as ligações intraestaduais eram as mais significativas, contribuindo para a importância regional da migração.

Já a Região Sudeste apresentava grandes contrastes ao nível de suas Unidades da Federação. Enquanto o Espírito Santo detinha apenas 4,8 mil fluxos, significando 1,4% do total do País, duas outras Unidades da Federação contabilizaram o maior número de fluxos ao nível nacional. São elas São Paulo e Minas Gerais que contaram, respectivamente com 25,0% e 12,0% dos fluxos nacionais - 86 mil e 40 mil fluxos respectivamente - e também com o maior volume populacional (27,3% e 9,9%). Vale mencionar que estas Unidades da Federação contaram com o maior número de municípios do País (722 e 571, respectivamente) o que, conseqüentemente, os candidataram a registrar as maiores trocas populacionais. Tal fato ocorreu em diferentes intensidades, observando-se que São Paulo contou com o dobro dos fluxos de Minas Gerais e o triplo de sua população migrante. Assim, viu-se a importância dos fluxos para São Paulo, não somente em termos do número de ocorrências, bem como dos volumes populacionais envolvidos. São Paulo contou com 151 fluxos por município, enquanto Minas Gerais com apenas 56 fluxos. Em São Paulo assinalou-se 70 migrantes por fluxo, enquanto que Minas Gerais apenas 54.

A grande diferença no comportamento migratório entre os dois estados era que nos fluxos de São Paulo estavam envolvidos o maior número de migrantes provenientes de outras Unidades da Federação (46,0 mil migrantes interestaduais) enquanto que em Minas Gerais a maior importância residia na mi

gração intraestadual, já que os provenientes de outras Unidades da Federação (migrantes interestaduais) distribuíram-se em apenas 14 mil fluxos, equivalendo a 34,7% do total.

O Rio de Janeiro apresentava baixa expressividade ao nível regional tendo registrado apenas 4,0% dos fluxos do País. Os 13 mil fluxos do Estado estavam distribuídos por seus 64 municípios cabendo, em média, a cada um, 205 fluxos. Cada fluxo continha 113 migrantes majoritariamente representado por migrantes de outras Unidades da Federação. Assim, a totalidade dos fluxos, quase 82,7% provenientes de ligações interestaduais.

A Região Sul mostrou um comportamento migratório relativamente homogêneo, em relação ao montante de fluxos. Sobressaiu, apenas, o Paraná, que deteve quase 10,0% dos fluxos do País e o dobro dos fluxos ocorridos em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul. Os quase 33 mil fluxos paranaenses contaram com aproximadamente 2,1 milhões de pessoas que predominantemente provinham do próprio Estado, já que, os oriundos de outras Unidades da Federação, eram cerca de 43,4% do total.

No Centro-Oeste destacou-se o Estado de Goiás que deteve quase 6,0% dos fluxos nacionais. Os 18 mil fluxos congregaram quase 1 milhão de pessoas que fizeram predominantemente, ligações interestaduais (53,3% do total do Estado).

- Nível Municipal (Capitais Estaduais)

Observou-se nos dados referentes aos fluxos migratórios para os Municípios das Capitais Estaduais, que ocorreram 24 mil ligações entre os municípios das capitais e os demais do País. Isto é, de um total de 103 mil prováveis ligações intermunicipais realizaram-se somente 1/4 delas. (Tabela 2). O montante populacional envolvido nessas trocas correspondeu a 5,2 milhões de pessoas que, representaram 23,3% do volume total de indivíduos que se deslocaram no território nacional.

O número médio de migrantes por fluxo foi de 46 pessoas, sendo que em direção a cada um dos municípios se dirigiram, em média, 895 fluxos.

Os Municípios das Capitais Estaduais da Região Sudeste foram, sem dúvida, os detentores das maiores trocas populacionais. Essas capitais mantiveram ligações com quase todos os municípios brasileiros. São Paulo deixou de se ligar com apenas 348 municípios, o que o caracterizou como o principal município a exercer influência com quase todos municípios brasileiros. Constatou-se que 92,0% de unidades municipais mantiveram ligações com São Paulo, tendo este recebido em torno de 1,5 milhão de pessoas. O número médio de migrantes por fluxo foi de 420 pessoas, sendo o mais elevado, dentre as capitais estaduais do País.

O Município do Rio de Janeiro que recebeu 2 591 fluxos, colocou-se em segundo plano quanto à ordem de grandeza dos fluxos. Apesar de não ter mantido ligação com 1 400 municípios em todo o País, afastou-se consideravelmente dos valores encontrados em São Paulo. A população envolvida nos fluxos para a capital fluminense foi de quase 430 mil pessoas, o que representou comparativamente, apenas 1/3 do total da população que se dirigiu a São Paulo. Com apenas 165 pessoas por fluxo, em média, percebeu-se a fraca expressão do município carioca como receptor de migrantes, em relação a São Paulo.

O Município de Belo Horizonte vem a seguir em ordem de importância, ao registrar 1 555 fluxos o que representou menos da metade dos que se dirigiram a São Paulo. Apesar disso, Belo Horizonte contou com volumosos fluxos, dentre os mais importantes do País. Registraram-se quase 400 mil pessoas, correspondentes à média de 245 migrantes por fluxo.

As demais Capitais Estaduais mantiveram ligações significativas com a totalidade dos municípios, muito embora tenham se observado que as mesmas deixaram de manter contato com mais da metade dos municípios brasileiros. Nesse grupo a exceção foi Brasília que, devido a sua característica individualizada — Capital Federal — recebeu 2 488 fluxos, ultrapassando somente por São Paulo e pelo Rio de Janeiro. Em termos do volume dos fluxos este se assemelhou ao do Rio de Janeiro tendo apresentado, no conjunto quase 450 mil pessoas, correspondentes a 179 migrantes por fluxo.

As capitais da Região Norte receberam de 200 a

700 fluxos, aproximadamente, com montantes populacionais pouco significativos. Porto Velho, por exemplo, que recebeu migrantes de 570 municípios, contou em cada fluxo com apenas 50 pessoas, em média. Belém, no papel de Capital Regional, registrou em torno de 740 fluxos cabendo a cada um, 171 pessoas.

Já as capitais Estaduais da Região Nordeste mantiveram o número de fluxos praticamente homogêneo. A variação destes foi de 433 fluxos em São Luís a 1 805 fluxos em Salvador. Apesar desse comportamento, foi possível observar disparidades quanto ao número de fluxos e a população envolvida, ao nível de cada capital. Enquanto Salvador, deteve o maior número de fluxos e contou com 187 migrantes por fluxo, Fortaleza registrou pouco mais da metade dos fluxos baianos (782 fluxos) e o dobro de migrantes por fluxos, em relação àquela capital.

São Luís, a exemplo de Fortaleza, apresentou menos da metade dos fluxos e do número de migrantes contabilizados em Salvador, mas contou, entretanto, com maior número de migrantes por fluxos (225 migrantes por fluxo).

Dos Municípios das Capitais pertencentes a Região Sul destacaram-se Curitiba e Porto Alegre que, mostraram comportamentos diferenciados. Apesar de Curitiba deter o maior número de fluxos e população — 1 204 fluxos e 289 mil migrantes — foi Porto Alegre que deteve o maior número de migrantes por fluxo. Assim os 705 fluxos e 201 mil pessoas que se dirigiram à capital gaúcha foram numericamente mais expressivos que em Curitiba.

Das capitais do Centro-Oeste destacou-se Goiânia que recebeu quase 1 200 fluxos com um volume de aproximadamente 230 mil pessoas. Coube a Goiânia fluxos de 190 pessoas em média, sendo esta cifra a maior registrada na Região.

Nesta análise dos fluxos para as capitais estaduais destacou-se o comportamento dos municípios metropolitanos. Sendo que o volume dos fluxos registrados nos municípios núcleos pertencentes às Regiões Metropolitanas foi bastante expressivo haja visto que representou 55,0% do total dos fluxos que se dirigiram conjuntamente às capitais estaduais. Em termos populacionais representou 69,0% do volume total de migrantes das capitais estaduais. Assim, percebeu-se a importân

cia das Regiões Metropolitana na mobilidade espacial da população brasileira, estando esta, preferencialmente, direcionada a esses núcleos metropolitanos. É interessante observar ainda que os municípios núcleos das Regiões Metropolitanas detiveram 49,3% da população que se dirigiu ao conjunto das Regiões Metropolitanas, o que indicou a forte atração que exerceram sobre a população dos demais municípios. Os nove municípios núcleos metropolitanos receberam 3,5 milhões de migrantes enquanto os demais 108 municípios das periferias metropolitanas, 3,6 milhões. Vê-se portanto, a concentração da população migrante nesses poucos pontos do território nacional.

Sem dúvida alguma, o papel que as Regiões Metropolitanas exerceram no cenário migratório do País na década foi incontestável, haja visto que somente estas receberam 7,2 milhões de migrantes em aproximadamente, 51 mil fluxos. Cada fluxo contou, em média com 143 migrantes, que tiveram como destino 117 municípios. Cada município recebeu em média 63 mil migrantes, número bastante expressivo quando contabilizado para cada unidade municipal.

3. DIMENSIONAMENTO DOS FLUXOS INTRAESTADUAIS

A investigação dos dados censitários no período 1970-1980 permitiu afirmar que dos 338,6 mil fluxos envolvendo 22,28 milhões de pessoas que se deslocaram entre municípios em todo o território nacional, cerca de 163 mil fluxos englobando em torno de 15 milhões de pessoas realizaram essas trocas na mesma Unidade da Federação, o que significou 48,1% de todos os fluxos ocorridos e o deslocamento de cerca de 67,4% de todos os migrantes intermunicipais. (Tabela 3)

Porém, ao se analisar esses deslocamentos segundo às Grandes Regiões constataram-se diferenças significativas entre as mesmas. Assim, enquanto a Região Sudeste apresentava não só o maior número de fluxos (69,4 mil), como também o maior contingente populacional envolvido nos mesmos, representado por 6,5 milhões de pessoas, a Região Norte se mostrava como a de menor número de fluxos intraestaduais realizados e a de me

nor contingente populacional envolvido nos mesmos. Por outro lado constatou-se que foi na Região Sul, onde a migração intra estadual teve maior participação no total das trocas intermuni cipais, englobando 60,6% dos fluxos e 84,4% das pessoas que mi graram entre municípios sulistas.

- Os Fluxos Intraestaduais nas Unidades da Federação

Analisando-se a participação do migrante intra estadual no quadro migratório de cada uma das Unidades da Fede ração observaram-se variações significativas entre as mesmas, fruto não apenas do caráter diferenciado que assumiu o proces so migratório em cada uma delas, mas também como inerente à própria estrutura dessas unidades.

Assim, Unidades da Federação com pequeno número de municípios, apresentaram uma pequena participação da migra ção intraestadual em seus quadros, como foi o caso de Roraima onde representou apenas 2,0%; Rondônia com 8,7% e Amapá apre sentando 21,2% de migrantes ao nível intraestadual.

Em situação oposta, situaram-se Unidades da Fede ração expressando elevada participação de migrantes intraesta duais em seus contingentes totais, a exemplo do Rio Grande do Sul onde representou 92,6% do total de migrantes, além do Cea rá, Paraná e Minas Gerais, estes com participações de migran tes variando individualmente, entre 80 e 85% no total de mi grantes nos respectivos estados.

A investigação do próprio dimensionamento dos fluxos em cada uma das Unidades da Federação apontou que os fluxos mais numerosos se localizavam em São Paulo, Minas Ge rais, Paraná e Rio Grande do Sul, os quais comportaram também os maiores volumes de migrantes.

Nestes estados onde ao mesmo tempo foram eleva dos o número de fluxos e a população envolvida, constatou-se que o número médio de pessoas por fluxo realizado foi baixo, variando entre 67 pessoas em Minas Gerais e 95 no Rio Grande do Sul.

Por outro lado, apresentando elevado número mé dio de pessoas por fluxo apareceram Rio de Janeiro, Rondônia e

Amapá, com respectivamente 379; 564 e 350 pessoas por fluxo.

É importante salientar o caso de Rondônia, onde dos 42 fluxos possíveis, foram realizados 41, envolvendo cerca de 23 mil pessoas.

No âmbito geral, constatou-se que, ao nível nacional, os fluxos intraestaduais registrados ficaram em torno de 12% em relação aos fluxos possíveis de serem realizados, ou seja, de 1,34 milhão de fluxos que poderiam ter ocorrido, e somente foram realizados 163 mil, com uma média de 92 pessoas por deslocamento.

- O Migrante Intraestadual nas Regiões Metropolitanas

A população migrante intraestadual que, no período 1970-1980 se dirigiu para as Regiões Metropolitanas foi composta por 4,58 milhões de pessoas alocadas em 16,6 mil fluxos. Estes valores significaram que o total de fluxos e de população recebidos por estas unidades de observação, cerca de 32,6% dos fluxos e 62,8% da população, eram provenientes dos estados onde cada uma das Regiões Metropolitanas está situada. (Tabela 4).

As Regiões Metropolitanas receberam cerca de 30% das pessoas que migraram no interior de seus próprios estados. Porém, a análise de cada Região Metropolitana nos levou a constatar que enquanto na do Rio de Janeiro se concentrou 76,8% de migrantes intraestaduais, nas de Porto Alegre, São Paulo e Belo Horizonte os valores eram da ordem de 45,2%, 38,5% e 33,7%, respectivamente. No entanto, foi na Região Metropolitana de Curitiba, representando 20,6%, que os migrantes intraestaduais acusaram menor participação.

Os deslocamentos entre municípios no interior das próprias Regiões Metropolitanas foi muito importante visto que, representaram em conjunto, cerca de 31% do total de migrantes metropolitanos.

As trocas intrametropolitanas foram particularmente significativas em Regiões Metropolitanas como Recife e Rio de Janeiro, onde envolveram respectivamente, 49,6% e 45,9% de todos os migrantes que se dirigiram para esses espaços me

tropolitanos. Em ambas, o número médio de migrantes intrametropolitanos foi elevado, correspondendo a, respectivamente, 3 474 e 3 192 pessoas por fluxo realizado.

A Região Metropolitana de São Paulo, onde as trocas intrametropolitanas corresponderam a 30% de todos os migrantes recebidos apresentou, em média, 1 022 pessoas por fluxo e a de Curitiba, com um dos mais baixos valores, teve apenas 19,9% de seus migrantes de origem intrametropolitana, com uma média de 649 pessoas por fluxo.

- O Migrante Intraestadual nos Municípios das Capitais

Segundo os dados, os fluxos migratórios que se dirigiram para as capitais estaduais na década de 70, representaram em conjunto, o montante de aproximadamente 24 mil fluxos envolvendo 5,2 milhões de pessoas, dos quais 15,8% dos fluxos e 46,1% das pessoas eram provenientes da própria Unidade da Federação.

É importante ressaltar que das 25 Unidades da Federação onde a migração intraestadual foi analisada, em 12 delas, as capitais estaduais receberam migrantes de todos os seus municípios. Tal fato ocorreu na totalidade das Unidades da Federação que compõem a Região Norte, em especial nos Estados do Ceará, Alagoas e Sergipe, pertencentes ao Nordeste e ainda Espírito Santo e Rio de Janeiro, no Sudeste, e em Mato Grosso do Sul, situado no Centro-Oeste.

Existem porém capitais que mereceram destaque devido ao próprio volume de pessoas envolvidas nos deslocamentos intraestaduais, tal como ocorreu em Porto Alegre e Belo Horizonte, onde respectivamente, 86,3% e 80,6% de seus migrantes eram provenientes de seus próprios estados. No Nordeste, este poder de atração das capitais se mostrou bastante expressivo em São Luís e Fortaleza, onde, respectivamente, 84,6% e 82,4% das pessoas que migraram vieram de municípios de seus próprios estados.

Como exemplo de comportamento inverso, ou seja, com pequena participação da migração intraestadual, colocaram-se Rio de Janeiro e São Paulo. No primeiro, apesar de receber

fluxos de todos os municípios fluminenses, essas trocas significaram apenas 15,4% dos migrantes recebidos. São Paulo, apesar desta capital também ter recebido migrantes de praticamente todos os municípios paulistas, esses deslocamentos envolveram em torno de 22,3% das pessoas que se dirigiram à essa capital.

4. PANORAMA GERAL DOS FLUXOS INTERESTADUAIS

Sabe-se, de acordo com os dados censitários de 1980, que o fenômeno migratório foi de magnitude significativa, ao apontar que 23,6 milhões de pessoas trocaram de município de residência no País⁽²⁾, nos anos setenta. E que destes, 15,8 milhões mudaram de município de residência, internamente, na sua própria Unidade da Federação, e os restantes 7,8 milhões trocaram de residência entre os municípios das diferentes Unidades da Federação. (Tabela 5)

Estas informações, mostram que a migração intra estadual foi, praticamente, o dobro da interestadual. Entretanto, a análise desta última é importante para se diagnosticar a movimentação global das pessoas; além disso o comportamento desempenhado pelas diferentes Unidades da Federação no panorama migratório do País.

Nesse sentido, trata da migração interestadual objetivando identificar através da magnitude e do peso relativo dos fluxos migratórios no processo de trocas demográficas entre os Estados, as Unidades da Federação mais significativas pelo desempenho na recepção e na origem dos principais fluxos migratórios.

No quadro geral das trocas migratórias entre as Unidades da Federação, verificou-se que foram os Estados de São Paulo (2,7 milhões de pessoas), Rio de Janeiro (713 mil pessoas), Minas Gerais (447 mil pessoas) e o Distrito Federal

(2) Inclusive aquelas pessoas que eram migrantes e não declaravam o município anterior de residência na data do recenseamento de 1980

(447 mil pessoas) que captaram os fluxos com maiores volumes de migrantes, fora de suas respectivas Unidades da Federação, no período considerado. Por outro lado, foram os Estados do Paraná (1 milhão e 160 mil pessoas), Minas Gerais (1 milhão e 100 mil pessoas) e São Paulo (686 mil pessoas) que ocuparam a posição de liderança entre os Estados, pela emissão dos mais volumosos fluxos de migrantes para todo o País.

Há que ressaltar o papel que São Paulo desempenhou, tanto na recepção como na origem dos fluxos migratórios, apontando os maiores ganhos populacionais no processo das trocas demográficas entre os Estados.

Por outro lado, evidencia-se também Minas Gerais na recepção e emissão de fluxos migratórios, porém, confirmando sua tradicional característica de evasão populacional.

Visto por outro ângulo de análise, merece destacar o impacto demográfico causado nos Estados pouco povoados da Região Norte, onde o peso relativo dos fluxos migratórios atingiu proporções de até 97,0%, a saber: em Roraima (97,0%), Rondônia (89,7%) e no Amapá (77,3%).

A seguir colocaram-se Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Pará com proporções de fluxos interestaduais, em torno de (55,0%) correspondentes a volumes demográficos mais elevados, o que vem caracterizando esses Estados como novas áreas de destino, comparativamente mais significativas que as anteriores face aos maiores volumes de fluxos captados.

Ficou evidenciado, que no panorama das trocas demográficas entre as Unidades da Federação puderam ser identificadas, de forma bem ampla, dois focos de captação de migrantes — um deles, correspondente ao centro dinâmico do contexto econômico, social e político do País, distinguindo-se tradicionalmente, como foco de maior convergência fluxos migratórios (São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais), onde estão localizadas as maiores concentrações demográficas — expressas por suas respectivas Regiões Metropolitanas. E o outro, relativo ao "avanço para oeste" face a incorporação e expansão das áreas de fronteiras, ligadas, principalmente, aos recursos naturais e a expansão agrícola (Região Norte e Centro Oeste).

O Distrito Federal apresentou-se como caso peculiar, pelo papel que representa como centro político-administrativo do País, foco de convergência de população na totalidade dos Estados.

A seguir, indaga-se a procedência dos fluxos migratórios mais significativos, comparando-se as Unidades da Federação par a par.

Assim, destacaram-se em primeiro plano os Estados do Paraná (667 mil), Minas Gerais (555 mil) e Bahia (376 mil) pela emissão dos principais fluxos interestaduais nos anos 70. Todos esses fluxos dirigiram-se ao Estado de São Paulo, conforme citado, anteriormente, que se constituiu no maior foco de convergência dos fluxos de migrantes interestaduais, no decênio anterior.

Como foi visto, o Paraná situou-se como emissor do fluxo interestadual de maior volume no período considerado, e além disso, destacou-se por figurar como Estado de origem dos principais fluxos de diversas Unidades da Federação, entre elas, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Rondônia, que contaram, individualmente, com quase 100 mil migrantes procedentes do território paranaense. Este aspecto de acentuada liberação de mão-de-obra, sugere a "reemigração" do Paraná, pela reversão de seu comportamento demográfico que apontou declínios populacionais expressivos nos anos 70.

Ainda segundo a origem dos fluxos verificou-se que os principais volumes de migrantes que entraram em Minas Gerais (153 mil) e no Paraná (109 mil), vieram de São Paulo, apontando a forte interrelação existente entre esses Estados e a confirmação da importância de São Paulo também como área de emissões de fluxos migratórios.

Notou-se que há uma reciprocidade significativa na troca dos fluxos migratórios entre o Paraná e São Paulo, que como já foi evidenciado, apontou maior saldo migratório para São Paulo, sendo este da ordem de 558 mil pessoas.

Já a maior parcela dos imigrantes no Rio de Janeiro, procederam de Minas Gerais (155 mil) e em segundo plano, da Paraíba (96 mil pessoas).

Finalmente, cabe citar, o Distrito Federal cujos maiores volumes migratórios são originários de Goiás (86 mil), Minas Gerais (76 mil) e do Rio de Janeiro (52 mil).

Em suma, nos anos 70, um total de quase 8 milhões de pessoas trocaram de municípios entre as Unidades da Federação, podendo-se identificar, a grosso modo, importantes corredores migratórios; a saber: um mais volumoso direcionado aos Estados que possuem as mais expressivas Regiões Metropolitanas do Sudeste — foco das maiores concentrações demográficas do País e outro, no sentido das áreas menos povoadas ou subpovoadas nas Regiões Norte e Centro-Oeste, onde têm se ampliado as fronteiras agrícolas, a exemplo de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Rondônia.

O destaque da década coube a São Paulo pelo complexo papel desempenhado no processo migratório interestadual, ao se constituir, simultaneamente, como principal Estado receptor de migrantes e como importante foco emissor de população.

No entanto, o fato marcante na década, coube ao Paraná que registrou o maior refluxo migratório da década, ao apontar a saída de mais de 1 milhão de pessoas superando por sua emissão de fluxos o próprio Estado de Minas Gerais, caracterizado, tradicionalmente, como o principal Estado fornecedor de mão-de-obra no País.

5. ANEXO METODOLÓGICO

Neste anexo mostra-se como foi construída a matriz de migrantes intermunicipais, a obtenção do número de fluxos (ligações) de migrantes assim como a origem e a consistência dos dados envolvidos nesse processo.

- Origem e Consistência dos Dados

Para quantificar os fluxos migratórios intermunicipais construiu-se uma matriz ao nível municipal, que possibilitasse a obtenção do montante dos migrantes e do número de fluxos envolvidos nos deslocamentos.

Com essa matriz foi possível identificar, além

do número de fluxos com municípios de origem e destino definidos, o número de ligações que deixaram de acontecer devido a não declaração do nome do município de residência anterior.

Para a obtenção dos dados, foram retirados do Boletim da Amostra (Tabulações Especiais do Censo Demográfico de 1980) as pessoas que responderam aos quesitos 513, 517 e 518.

A pergunta "Nasceu neste Município" que conjugado com a resposta "não" (código 8), no primeiro quesito (513), indicava as pessoas que não nasceram no município onde residiam e que conseqüentemente eram migrantes intermunicipais.

No segundo quesito (517) a referência "Há quantos anos mora neste município", obteve-se, como resposta "Há menos de 10 anos" (código de 0 a 6) e "migrantes sem declaração do tempo de residência" (código 9), que foi acrescido para este estudo. Este quesito corresponde ao número de anos completos, ininterruptos, que o recenseado morava no município de residência atual⁽³⁾.

O quesito 518 menciona "se no quesito 517 respondeu menos de 10 anos, indique o nome do município e a sigla da Unidade da Federação que morava antes", isto é, para as pessoas que emigraram há menos de 10 anos, foi registrado o nome do município e a sigla da Unidade da Federação do local de domicílio anterior. Logo, a combinação desse quesito com os outros dois, resulta no número de migrantes e fluxos, segundo suas origem e destino. A importância desse quesito é que os seus resultados não foram publicados no Censo Demográfico de 1980. Com base nesses dados, foi construída uma matriz de municípios segundo origem e destino dos fluxos, como mostra o quadro a seguir.

(3) Para o natural do município que tenha emigrado para outro município e depois retornado, foi registrado o tempo de moradia após o último retorno.

GERAÇÃO DE MATRIZES AO NÍVEL DE UNIDADE DA FEDERAÇÃO, POR
MUNICÍPIOS DE ORIGEM, SEGUNDO OS MUNICÍPIOS DE DESTINO
BRASIL - 1970-1980

MUNICÍPIOS DE DESTINO	MATRIZES AO NÍVEL DE UNIDADE DA FEDERAÇÃO, POR MUNICÍPIOS DE ORIGEM(*)			
	Rondônia	Acre	. . .	Goiás
	∅ 1 2 3 ... n	∅ 1 2 3 ... n	. . .	∅ 1 2 3 ... n
1	Zero (∅) = sem declaração do município de origem			
2	1 2 3 ... n = município de origem			
3				
.				
.				
.				
3 991				

FONTE - IBGE. Tabulações Especiais do Censo Demográfico de 1980

(*) Os dados foram gerados a partir da Amostra de 25% do Censo Demográfico de 1980.

Na coluna indicadora (município de destino), encontram-se relacionados todos os municípios existentes em 1980 (3 991), enumerados em ordem alfabética, independentemente de suas Unidades da Federação.

Nas colunas numéricas (municípios de origem), incluem-se, também, todos os municípios brasileiros (3 991), porém classificados dentro de suas respectivas Unidades da Federação. Observa-se, que foi acrescentada mais uma coluna com código ∅ (zero) para cada Unidade da Federação, indicando o número de migrantes que não declararam o município de origem. Desta forma, considerando-se as Unidades da Federação, o número total de colunas numéricas será representada por 4 018 (3 991 + 27).

Fazendo-se os cruzamentos dos municípios da coluna indicadora com as das colunas numéricas, formou-se uma matriz nacional totalizando 16 035 838 (3 991 x 4 018) registros.

Eliminando-se os 15 682 843 registros "com zero deslocamentos", cruzamentos entre municípios em que não houve migração, isto é, possíveis ligações que poderiam ter ocorrido, porém não existiram, inclusive os cruzamentos entre si (município i com município i), restaram apenas 352 995 registros com algum tipo de deslocamento, incluindo-se aqui os registros "sem declaração do município de origem".

Porém, como na parte mais detalhada deste estudo, só foram considerados os migrantes que identificaram o município de origem, a matriz inicial resultou em 15 928 081 (3 991 X 3 991) fluxos. Retirando os 15 589 498 fluxos com zero deslocamentos, contamos com 338 623 fluxos com algum tipo de deslocamento.

Esses 15 589 498 fluxos em que não houve deslocamento, ao nível de Brasil, representaram 97,2% do total de fluxos intermunicipais. Com exceção do Distrito Federal (37,7%) e Rondônia (88,4%), todas as demais Unidades da Federação, apresentaram proporções do número de fluxos com zero deslocamentos entre 93,6% e 99,7%, independentemente do número de municípios existentes em cada Unidade da Federação.

Comparando-se os 352 995 registros, incluindo aqui os que não identificaram o município anterior e os 338 623 fluxos com algum tipo de deslocamentos, obteve-se 14 372 registros sem declaração do município de origem, correspondentes ao montante de 1 389 274 migrantes.

- A População migrante que não Declarou o Município de Residência Anterior

Os migrantes que não declararam o nome do município de origem, apontaram até certo ponto, a mesma tendência geral dos deslocamentos populacionais no País, durante os anos 70. Tais deslocamentos influenciados pela magnitude da população envolvida no fenômeno apresentaram-se, entretanto, de forma diferenciada nos níveis de análise propostos neste estudo.

Em termos globais, conforme assinalado no capítulo anterior, quase um milhão e quatrocentos mil pessoas

não declararam o município de residência anterior, ou seja 5,9% do total dos migrantes que residiam a menos de 10 anos no município de residência atual. Destas, mais de 800 mil haviam residido em municípios das respectivas Unidades da Federação, isto é, fizeram trocas intermunicipais dentro das Unidades da Federação de residência. (Tabela 6)

A maioria dos migrantes que não declarou o município de origem estava residindo no Sudeste, onde se verificou a predominância de migrantes tanto em relação aos fluxos inter como intraestaduais.

Assim, apesar do Sudeste deter o maior número de migrantes em análise, ao nível das Grandes Regiões, evidenciou-se também como significativos os fluxos intraestaduais dos que não identificaram o nome do município de última residência, nas Regiões Sul e Nordeste e, os fluxos intraestaduais nas Regiões Norte e Sudeste.

Frente a esses aspectos, é importante levar em consideração o número de municípios e de fluxos envolvidos no fenômeno assim como o dimensionamento da magnitude da população envolvida, tanto ao nível das Unidades da Federação, quanto das Grandes Regiões.

Dentro dessas perspectivas observou-se que o volume de migrantes que não declararam o município de residência anterior, quando analisado por Unidade da Federação, era mais expressivo no Estado de São Paulo, cuja maioria dos migrantes provêm de outras Unidades da Federação, distinta da atual de residência.

Em segundo lugar, apresentou-se, o Estado do Rio de Janeiro e em terceiro, o de Minas Gerais com predominância das ligações intraestaduais.

Como havíamos observado anteriormente, ao nível do Sudeste, a maior incidência daqueles que não declararam o município anterior de residência era oriunda de ligações interestaduais localizadas, em sua maioria, em São Paulo e no Rio de Janeiro. Essas duas Unidades da Federação mais o Paraná e a Bahia totalizaram, em conjunto, quase a metade da população migrante nacional, nessa categoria.

Nas Regiões Metropolitanas, a situação dos migrantes que não declararam o município de residência anterior, apresentava-se espacialmente diferenciada, tanto em relação ao contexto metropolitano quanto ao nível das respectivas Grandes Regiões. (Tabela 7)

Em relação ao peso dessa categoria, a análise de cada uma das Regiões Metropolitanas, frente a seu contexto regional, destacou-se:

- as Regiões Metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte contaram com 56,7% dos que não declararam o município de origem na Região Sudeste;
- As Regiões Metropolitanas de Porto Alegre e Curitiba participaram com 22,6% dos que não declararam o município de origem na Região Sul;
- as Regiões Metropolitanas de Fortaleza, Recife e Salvador figuraram com 20,4% dos que não declararam o município de origem na Região Nordeste e,
- a Região Metropolitana de Belém contou com 10,6% dos que não declararam o município de origem na Região Norte.

Em relação a importância de cada Região Metropolitana no seu próprio contexto, a do Rio de Janeiro foi a que apresentou o maior percentual de migrantes que não declararam o município de origem. Esses migrantes encontraram-se em sua maioria, nos Municípios do Rio de Janeiro e Nova Iguaçu. Em segundo lugar situou-se a Região Metropolitana de Salvador, estando essa categoria de migrantes concentrada, sobretudo, no Município de Salvador.

No conjunto dos municípios das Capitais, concentraram-se 26,7% dos migrantes que não haviam declarado o município de origem. (Tabela 8)

No contexto regional, os Municípios das Capitais do Sudeste e do Nordeste detiveram 32,0% e 28,4%, respectivamente, dos migrantes nessa categoria. Em relação ao Su

deste, os Municípios de São Paulo e Rio de Janeiro, possuíram 28,5% na categoria, em análise. Em relação à Região Norte, os Municípios de Manaus e Belém foram os responsáveis por mais de 20,0% dos migrantes que não declararam o município de origem na Região.

Finalmente, destacam-se aqueles municípios das capitais que apresentaram uma percentagem desses migrantes acima de 10,0%. Assim temos, por ordem de magnitude nessa categoria, os municípios de Porto Velho com mais de 60,0% de migrantes provenientes de ligações interestaduais, o de Manaus com 70,0% originários de ligações intraestaduais e o do Rio de Janeiro com mais de 80,0% ao nível interestadual.

Ressalta-se dentre os municípios das capitais, que o do Rio de Janeiro, de São Paulo e o Distrito Federal sobressaíram devido a importância que cada um representa nos contextos Nacional e Regional. Nos demais municípios das capitais, a importância dos que não declararam o município de origem deveu-se principalmente às ligações intraestaduais.

Frente a esses fatos, compreende-se que a magnitude da população envolvida no fluxo deve estar associada ao número daqueles que não declararam o município anterior de residência.

Em síntese, observa-se a tendência dos migrantes que não declararam o município de residência anterior estaria associada, supostamente, a magnitude dos fluxos direcionados para os grandes centros nacionais e regionais. Entretanto, ressalta-se que a estrutura dos que não declararam o município de residência anterior não é a mesma dos que declararam o município de origem o que mereceria um estudo mais detalhado.

TABELA 1
 FLUXOS MIGRATÓRIOS E POPULAÇÃO
 BRASIL - 1970-1980

NÚMERO DE MUNICÍPIOS	GRANDES REGIÕES	FLUXOS MIGRATÓRIOS		Nº MÉDIO DE MIGRANTES POR FLUXO	Nº MÉDIO DE MIGRANTES POR MUNICÍPIO	Nº MÉDIO DE FLUXOS POR MUNICÍPIO DE DESTINO
		Número	População			
3 991	BRASIL	338 623	22 287 590	66	5 584	85
153	Norte	16 153	1 077 878	67	7 044	105
1 375	Nordeste	74 894	4 539 450	61	3 301	54
1 410	Sudeste	144 791	10 235 398	71	7 259	102
719	Sul	63 967	4 156 255	65	5 780	88
334	Centro-Oeste	38 818	2 278 609	59	6 822	116

FONTE - IBGE. Tabulações Especiais do Censo Demográfico - 1980

TABELA 2
FLUXOS MIGRATÓRIOS E POPULAÇÃO
BRASIL - 1970-1980

UNIDADES GEOGRÁFICAS	FLUXOS	POPULAÇÃO
TOTAL	338 623	22 287 590
Regiões Metropolitanas	50 966	7 288 813
Capitais Estaduais	24 153	5 203 732

FONTE - IBGE. Tabulações Especiais do Censo Demográfico-1980

TABELA 3
 FLUXOS MIGRATÓRIOS INTRAESTADUAIS, SEGUNDO
 GRANDES REGIÕES
 BRASIL - 1970-1980

GRANDES REGIÕES	FLUXOS INTRAESTADUAIS	
	Número	População
TOTAL	163 018	15 014 839
Norte	2 770	406 701
Nordeste	40 882	3 514 368
Sudeste	69 425	6 532 656
Sul	38 767	3 509 634
Centro-Oeste	11 174	1 051 480

FONTE - IBGE. Tabulações Especiais do Censo Demográfico-1980

TABELA 4
 FLUXOS MIGRATÓRIOS INTRAESTADUAIS, SEGUNDO
 UNIDADES GEOGRÁFICAS
 BRASIL - 1970-1980

UNIDADES GEOGRÁFICAS	FLUXOS INTRAESTADUAIS	
	Número	População
TOTAL	163 018	15 014 839
Regiões Metropolitanas	16 608	4 585 666
Municípios de Capitais Estaduais ..	3 811	2 403 930

FONTE - IBGE. Tabulações Especiais do Censo Demográfico-1980

TABELA 5
ORIGEM DOS FLUXOS MIGRATÓRIOS POR TOTAL DE MIGRANTES NAS PRINCIPAIS UNIDADES DA FEDERAÇÃO, SEGUNDO AS UNIDADES DA FEDERAÇÃO DE DESTINO
BRASIL - 1970-1980

UNIDADES DA FEDERAÇÃO (DESTINO)	POPULAÇÃO MIGRANTE	ORIGEM DOS FLUXOS MIGRATÓRIOS												
		Própria UF		Principais Unidades da Federação								Outras Unidades da Federação		
		Migrantes		Sigla da UF	Migrantes		Sigla da UF	Migrantes		Sigla da UF	Migrantes		População	
		Absoluto	%	UF	Absoluto	%	UF	Absoluto	%	UF	Absoluto	%	Absoluto	%
Rondonia	292 830	30 080	10,27	PR	95 406	32,58	MT	43 754	14,94	MS	27 201	9,29	96 389	32,92
Acre	32 417	17 331	53,46	AM	4 404	13,59	PR	2 015	6,22	CE	1 242	3,83	7 425	22,90
Amazonas	149 589	84 126	56,24	PA	23 326	15,59	CE	7 472	4,99	AC	6 143	4,11	28 522	19,07
Roraima	18 364	539	2,94	MA	5 706	31,07	AM	4 330	23,58	CE	1 761	9,59	6 028	32,82
Para	663 061	315 754	47,62	MA	109 240	16,48	GO	65 073	9,81	CE	31 271	4,72	141 723	21,37
Amapa	27 576	6 257	22,69	PA	17 587	63,78	MA	1 128	4,09	CE	503	1,82	2 101	7,62
Fernando de Noronha	345	-	-	PE	278	80,58	MG	18	5,22	RN/PB	17	4,93	32	9,27
Maranhão	672 123	524 780	78,08	PI	59 849	8,90	CE	29 300	4,36	GO	12 679	1,89	45 515	6,77
Piauí	241 035	166 697	69,16	MA	32 237	13,37	CE	20 337	8,44	PE	5 230	2,17	16 534	6,86
Ceara	691 078	584 503	84,58	PE	14 368	2,08	PI	14 148	2,05	PB	13 178	1,90	64 881	9,39
Rio Grande do Norte	331 546	255 589	77,09	PB	28 067	8,47	CE	13 262	4,00	PE	8 434	2,54	26 194	7,90
Paraíba	347 535	257 812	74,18	PE	31 973	9,20	RN	18 793	5,41	RJ	11 863	3,41	27 094	7,80
Pernambuco	941 673	744 660	79,08	PB	46 531	4,94	SP	32 706	3,47	AL	27 366	2,91	90 410	9,60
Alagoas	299 815	223 401	74,51	PE	45 709	15,24	SP	8 538	2,85	BA	4 607	1,54	17 560	5,86
Sergipe	162 459	104 136	64,10	AL	17 256	10,63	BA	16 614	10,22	SP	7 546	4,64	16 907	10,41
Bahia	1 141 837	866 860	75,92	PE	54 646	4,79	SP	43 168	3,78	MG	36 452	3,19	140 711	12,32
Minas Gerais	2 313 323	1 866 531	80,69	SP	153 383	6,63	RJ	63 712	2,75	BA	42 967	1,86	186 730	8,07
Espírito Santo	479 222	324 108	67,63	MG	78 195	16,32	RJ	32 295	6,74	BA	20 170	4,21	24 454	5,10
Rio de Janeiro	1 617 949	904 986	55,94	MG	155 049	9,58	PB	95 938	5,93	SP	74 122	4,58	387 854	23,97
São Paulo	6 480 344	3 773 480	58,23	PR	667 186	10,29	MG	554 558	8,56	BA	376 466	5,81	1 108 654	17,11
Parana	2 197 251	1 818 033	82,74	SP	109 025	4,96	SC	100 865	4,59	RS	83 377	3,80	85 951	3,91
Santa Catarina	753 704	560 702	74,39	RS	88 033	11,68	PR	76 370	10,13	SP	13 691	1,82	14 908	1,98
Rio Grande do Sul	1 385 264	1 277 880	92,25	SC	48 182	3,48	PR	21 908	1,58	SP	13 331	0,96	23 963	1,73
Mato Grosso do Sul	466 553	230 381	49,38	PR	98 571	21,13	SP	74 855	16,04	RS	14 014	3,00	48 732	10,45
Mato Grosso	452 709	174 247	38,49	PR	96 877	21,40	GO	39 705	8,77	SP	35 577	7,86	106 303	23,48
Goiás	1 050 686	741 212	70,55	MG	83 374	7,93	DF	54 791	5,21	MA	33 612	3,20	137 697	13,11
Distrito Federal	466 576	-	-	GO	86 135	18,46	MG	76 181	16,33	RJ	52 018	11,15	252 242	54,06

FONTE - IBGE . Censo Demográfico - 1980.

TABELA 6
 MIGRANTES QUE NÃO DECLARARAM O MUNICÍPIO DE ORIGEM
 PROVENIENTES DE LIGAÇÕES INTRA E INTERESTADUAIS,
 SEGUNDO ÀS GRANDES REGIÕES
 BRASIL - 1970-1980

GRANDES REGIÕES	MIGRANTES QUE NÃO DECLARARAM O MUNICÍPIO DE ORIGEM		
	Total	Provenientes de Ligações Intraestaduais	Provenientes de Ligações Interestaduais
TOTAL	1 389 274	839 246	550 028
Norte	105 959	47 386	58 573
Nordeste	289 996	214 070	75 926
Sudeste	655 440	336 449	318 991
Sul	179 964	146 981	32 983
Centro-Oeste	157 915	94 360	83 555

FONTE - IBGE. Tabulações Especiais do Censo Demográfico - 1980

TABELA 7
 POPULAÇÃO MIGRANTE QUE NÃO DECLAROU O MUNICÍPIO DE ORIGEM,
 SEGUNDO AS REGIÕES METROPOLITANAS
 BRASIL - 1970-1980

REGIÕES METROPOLITANAS (DESTINO)	POPULAÇÃO MIGRANTE QUE NÃO DECLAROU O MUNICÍPIO DE ORIGEM
TOTAL	482 758
Belém	11 269
Fortaleza	15 170
Recife	18 638
Salvador	25 245
Belo Horizonte	33 878
Rio de Janeiro	111 272
São Paulo	226 693
Curitiba	20 044
Porto Alegre	20 549

FONTE - IBGE. Tabulações Especiais do Censo Demográfico-1980

TABELA 8
 PORCENTAGEM DA POPULAÇÃO MIGRANTE INTERMUNICIPAL
 SEM DECLARAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ORIGEM
 BRASIL - 1970-1990

MUNICÍPIOS DE CAPITAIS (DESTINO)	PORCENTAGEM DOS MIGRANTES QUE NÃO DECLARAM O MUNICÍPIO DE ORIGEM		
	Total	Proveniente de Ligações Intraestaduais	Proveniente de Ligações Interestaduais
Porto Velho	13,2	4,8	8,4
Rio Branco	6,5	3,7	2,8
Manaus	12,4	8,7	3,7
Boa Vista	6,3	1,0	5,3
Belém	6,7	4,0	2,7
Macapá	5,1	2,8	2,3
São Luís	4,4	3,7	0,7
Terezina	5,8	3,7	2,1
Fortaleza	4,3	3,5	0,8
Natal	5,1	4,2	0,9
João Pessoa	6,4	5,3	1,1
Recife	4,0	2,9	1,1
Maceió	5,8	4,5	1,3
Aracaju	5,1	3,7	1,4
Salvador	8,3	6,3	2,0
Belo Horizonte	4,9	4,0	0,9
Vitória	6,1	3,8	2,3
Rio de Janeiro	11,7	1,8	9,9
São Paulo	7,8	2,0	5,8
Curitiba	4,0	3,4	0,6
Florianópolis	4,9	4,0	0,9
Porto Alegre	4,1	3,6	0,5
Campo Grande	4,4	3,3	1,1
Cuiabá	7,5	6,1	1,4
Goiânia	5,1	3,9	1,2
Brasília	4,2	-	4,2

FONTE - IBGE. Tabulações Especiais do Censo Demográfico - 1980

Textos para Discussão já publicados

- * *Pesquisas Contínuas da Indústria* - Vol. 1, n^o I, jan. 1988
- * *Pesquisas Agropecuárias Contínuas: Metodologia* - Vol. I, n^o 2, 1988
- * *Uma Filosofia de Trabalho: As experiências com o SNIPC e com o SINAPI* - Vol. I, n^o 3, março 1988
- * *O Sigilo das Informações Estatísticas: Idéias para reflexão* - Vol. I, n^o 4, abril 1988
- * *Projeções da População Residente e do Número de Domicílios Particulares Ocupados: 1985-2020* - Vol. I, n^o 5, maio 1988
- * *Classificação de Atividades e Produtos, Matérias-Primas e Serviços Industriais: Indústria Extrativa Mineral e de Transformação* - Vol. 1, n^o 6, agosto 1988
- * *A Mortalidade Infantil no Brasil nos Anos 80* - Vol. I, n^o 7, setembro 1988
- * *Ensaio sobre o Produto Real da Agropecuária* - Vol. I, n^o 9, setembro 1988
- * *Principais Características das Pesquisas Econômicas, Sociais e Demográficas* - Vol. I, número especial, outubro 1988
- * *Novo Sistema de Contas Nacionais, Ano Base 1980 - Resultados Provisórios* - Vol. I, n^o 10, dezembro 1988
- * *Pesquisa de Orçamentos Familiares - Metodologia para Obtenção das Informações de Campo* - n^o 11, janeiro 1989
- * *De Camponesa a Bóia-fria: Transformações do trabalho feminino* - n^o 12, fevereiro 1989
- * *Pesquisas Especiais do Departamento de Agropecuária - Metodologia e Resultados* - n^o 13, fevereiro 1989
- * *Brasil - Matriz de Insumo-Produto - 1980* - n^o 14, maio 1989
- * *As Informações sobre Fecundidade, Mortalidade e Anticoncepção nas PNADs* - n^o 15, maio 1989

- * *As Estatísticas Agropecuárias e a III Conferência Nacional de Estatística - n^o 16, junho 1989*
- * *Brasil - Sistema de Contas Nacionais Consolidadas - n^o 17, agosto 1989*
- * *Brasil - Produto Interno Bruto Real Trimestral - Metodologia - n^o 18, agosto 1989*
- * *Estatísticas e Indicadores Sociais para a Década de 90 - n^o 19, setembro 1989*
- * *Uma análise do Cotidiano da Pesquisa no DEREN (As Estatísticas do Trabalho) - n^o 20, outubro 1989*
- * *Coordenação Estatística Nacional - Reflexões sobre o caso brasileiro - n^o 21, novembro 1989*
- * *Pesquisa Industrial Anual 1982/84 - Análise dos Resultados - n^o 22, novembro 1989*
- * *O Departamento de Comércio e Serviços e a III Conferência Nacional de Estatística - n^o 23, dezembro 1989*
- * *Um projeto de Integração para as Estatísticas Industriais - n^o 24, dezembro 1989*
- * *Cadastro de Informantes de Pesquisas Econômicas - n^o 25, janeiro 1990*
- * *Ensaio sobre a Produção de Estatística - n^o 26, janeiro 1990*
- * *O Espaço das Pequenas Unidades Produtivas: Uma tentativa de delimitação - n^o 27, fevereiro 1990*
- * *Uma Nova Metodologia para Correção Automática no Censo Demográfico Brasileiro: Experimentação e primeiros resultados - n^o 28, fevereiro 1990*
- * *Notas Técnicas sobre o Planejamento de Testes e Pesquisas Experimentais - n^o 29, março 1990*

- * *Estatísticas, Estudos e Análises Demográficas - Uma visão do Departamento de População - n.º 30, abril 1990*
- * *Crítica de Equações de Fechamento de Empresas no Censo Económico de 1985 - n.º 31, maio 1990*
- * *Efeito de Conglomeração da Malha Setorial do Censo Demográfico de 1980 - n.º 32, maio 1990*
- * *A Redução da Amostra e a Utilização de Duas Frações Amostrais no Censo Demográfico de 1990 - n.º 33, junho de 1990*
- * *Estudos e Pesquisas de Avaliação de Censos Demográficos - 1970 a 1990 - n.º 34, julho de 1990*
- * *A Influência da Migração no Mercado de Trabalho das Capitais do Centro-Oeste - 1980 - n.º 35, agosto de 1990*
- * *Pesquisas de Conjuntura: Discussão sobre Variáveis a Investigar - n.º 36, setembro de 1990*
- * *Um Modelo para Estimar o Nível e o Padrão da Fecundidade por Idade com Base em Parturições Observadas - n.º 37, outubro de 1990*
- * *A Estrutura Operacional de Uma Pesquisa por Amostra - n.º 38, novembro de 1990*
- * *Produção Agrícola, Agroindustrial e de Máquinas e Insumos Agrícolas no Anos 80: Novas Evidências Estatísticas - n.º 39, dezembro de 1990*
- * *A Inflação Medida pelo Índice de Preços ao Consumidor - n.º 40, janeiro de 1991*
- * *A Participação Política Eleitoral no Brasil - 1988, Análise Preliminar - n.º 41, fevereiro de 1991*
- * *Ensaio sobre Estatísticas do Setor Produtivo - n.º 42, março de 1991*
- * *A Produção Integrada de Estatística e as Contas Nacionais: Agendas para Formulação de um Novo Plano Geral de Informações Estatísticas e Geográficas - n.º 43, março de 1991*